



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Instituto Estadual de Florestas

URFBio Alto Paranaíba - Núcleo de Apoio Regional de Araxá

Parecer nº 49/IEF/NAR ARAXÁ/2022

PROCESSO Nº 2100.01.0070517/2021-66

## PARECER ÚNICO

## 1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nome: <b>FUNCHAL LTDA</b>	CPF/CNPJ: <b>71.396.741/0001-81</b>
Endereço: <b>RUA SANTA RITA DURÃO, nº 1143 - ANDAR 11</b>	Bairro: <b>SAVASSI</b>
Município: <b>BELO HORIZONTE</b>	UF: <b>MG</b>
Telefone: <b>(34) 3616-1150 / 3671-2267 / 99842-0436</b>	CEP: <b>30.140-111</b>
E-mail: <b>neto@verdecerrado.com.br</b>	

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

( X ) Sim, ir para o item 3 ( ) Não, ir para o item 2

## 2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome:	CPF/CNPJ:
Endereço:	Bairro:
Município:	UF:
Telefone:	CEP:
E-mail:	

## 3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: <b>FAZENDA SALTO E CACHOEIRA</b>	Área Total (ha): <b>1.931,3090 HECTARES</b>
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): <b>730, 2.764, 2.767, 2.778, 9.067, 2.788, 2.769, 2.768, 6473 e 2.777</b>	Município/UF: <b>CAMPOS ALTOS/MG</b>
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): <b>MG-3111507-A2B0.0A21.6E44.4274.B099.8EB6.CA96.10AA</b>	

## 4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade
<b>Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo</b>	<b>175,3464</b>	<b>ha</b>

## 5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y
<b>Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo</b>	<b>175,3464</b>	<b>ha</b>	<b>23 K</b>	<b>371870</b>	<b>7842835</b>

## 6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)
Pecuária	Formação de pastagem	<b>175,3464</b>

## 7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)
<b>Cerrado</b>	<b>Campo e campo cerrado</b>		<b>175,3464</b>

## 8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
<b>Lenha de floresta nativa</b>		<b>392,6106</b>	<b>m³</b>
<b>Madeira de floresta nativa</b>		<b>136,2764</b>	<b>m³</b>

## 1. HISTÓRICO

Data de formalização/aceite do processo: 16/02/2022

Data da vistoria: 29/11/2022

Data de solicitação de informações complementares: 30/08/2022

Data do recebimento de informações complementares: 14/09/2022

Data de emissão do parecer técnico: 19/12/2022

## 2. OBJETIVO

Obter autorização deste órgão ambiental para Supressão de vegetação nativa de campo e campo cerrado em área de **175,3464 ha**, localizada na propriedade Fazenda Salto.

## 3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

### 3.1 Imóvel rural:

Fazenda Salto, município de Campos Altos-MG, com área total de 1.931,3090 HECTARES, equivalentes a 55,18 módulos.

A propriedade se localiza totalmente no Bioma Cerrado.

O Município de Campos Altos possui cobertura vegetal nativa estimada em 39,8%.

### 3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: : MG-3111507-A2B0.0A21.6E44.4274.B099.8EB6.CA96.10AA

- Área total: 1.931,3089 ha

- Área de reserva legal: 411,1631 ha

- Área de preservação permanente: 179,7915 ha

- Área de uso antrópico consolidado: 914,7510 ha

- Qual a situação da área de reserva legal:

( X ) A área está preservada: 411,1631 ha

( ) A área está em recuperação: xxxxx ha

( ) A área deverá ser recuperada: xxxxx ha

- Formalização da reserva legal:

( X ) Proposta no CAR ( X ) Averbada ( ) Aprovada e não averbada

- Número do documento:

[Se houver número de documento (ex. número da matrícula onde está a averbação), citar. Verificar se o que existe hoje de reserva legal atende a legislação vigente]

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

( X ) Dentro do próprio imóvel

( ) Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

( ) Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal:

Não se aplica (Contíguas a APP's e outras áreas de RL)

- Parecer sobre o CAR:

“Verificou-se que as informações prestadas no CAR apresentado correspondem com as constatações feitas durante a vistoria técnica realizada no imóvel. A localização e composição da Reserva Legal estão de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento da intervenção requerida”.

## 4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Supressão de vegetação nativa em área de **175,3464 ha**, localizada na propriedade Fazenda Salto, sendo o material lenhoso proveniente desta intervenção inventariado em **392,6106 m³** de lenha e **136,2764 m³ de madeira** destinado ao consumo próprio no interior da propriedade e incorporação ao solo.”

Taxa de Expediente: DAE 1401110793685, no valor de R\$ 1.183,20 pagos em 10/09/2021

Taxa florestal (LENHA): DAE 2901110794604, no valor de R\$ 2.167,85 pagos em 10/09/2021 sobre : 392,6106 M³ DE LENHA NATIVA

Taxa florestal (MADEIRA): DAE 2901110796437, no valor de R\$ 5.025,38 pagos em 10/09/2021 sobre : 136,2764 M³ DE MADEIRA NATIVA

Número do recibo do projeto cadastrado no Sinaflor:

23118932

#### 4.1 Das eventuais restrições ambientais:

- Vulnerabilidade natural: média

- Prioridade para conservação da flora: média

- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: alta

- Unidade de conservação: Não

- Áreas indígenas ou quilombolas: Não

- Outras restrições: Não [Ex.: Art. 11 da Lei 11.428 de 2006, Art. 25 da Lei 11.428 de 2006]

#### 4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

- Atividades desenvolvidas: Agropecuária

- Atividades licenciadas:

G-01-015 - Horticultura

G-01-03-1 - Culturas anuais

- Classe do empreendimento: 5

- Critério locacional: Não se aplica

- Modalidade de licenciamento: LOC

- Número do documento: 110/2020

#### 4.3 Vistoria realizada:

Realizada no dia 29/11/2022 em companhia das Eng. Thamara (Aflobio de Ibiá) e Regiane (Aflobio de Perdizes) e dos Consultores, Marconi e Netos, responsáveis técnicos pelo processo.

Na oportunidade foi observado que se trata de uma área de pastagem natural antiga (campo) com partes em regeneração, onde o proprietário que arar o solo para formação de pastagem, aumentando assim as áreas de pastagem da propriedade.

Foi observado que na propriedade não possui área degradada ou subutilizada.

As áreas de preservação permanente e reserva legal da propriedade estão perfeitamente preservadas, possuindo ainda áreas nativas além das solicitadas para supressão.

##### 4.3.1 Características físicas:

- Topografia: ondulada

- Solo: latossolo amarelo

- Hidrografia: 179,7915 ha de APP dentro do imóvel, vertendo para o curso d'água denominado Córrego do Salto, bacia hidrográfica federal do Paranaíba e a UPGRH PN2

##### 4.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: Típica de cerrado com a existência de espécies da flora imunes de corte, no caso pequizeiros sendo informado pelo responsável técnico que por se tratar de supressão para formação de pastagem, não haverá a supressão desta espécie.

- Fauna: Típica de cerrado não sendo identificada ou informada a ocorrência de alguma espécie ameaçada de extinção.

#### 4.4 Alternativa técnica e locacional: Não se aplica

### 5. ANÁLISE TÉCNICA

Considerando que a propriedade está devidamente licenciada conforme LOC Nº 110/2020;

Considerando que as áreas de reserva legal e APP's estão devidamente preservadas;

Considerando que as espécies protegidas (Pequizeiros) serão preservadas;

Considerando que não foram identificadas áreas degradadas ou subtilizadas na propriedade;

Considerando que a autorização da intervenção solicitada otimizará o uso econômico da atividade de pecuária da propriedade;

Não foram identificados fatores técnicos que inviabilizem o DEFERIMENTO da intervenção solicitada.

#### 5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

- Cercamento das áreas de preservação permanente e Reserva Legal existentes no entorno da atividade de pecuária.
- Medidas físicas e vegetativas gerais de controle erosivo.
- Realizar o desmatamento em faixas, visando propiciar tempo para a fuga de animais silvestres.
- Utilizar meios de afastamento de fauna.

### 6. CONTROLE PROCESSUAL

Processo Administrativo nº 2100.01.0070517/2021-66

Requerente: FUNCHAL LTDA

Referência: Supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo

#### I. Relatório:

1 - Trata-se o processo administrativo ora sob análise de requerimento de **SUPRESSÃO DE COBERTURA VEGETAL NATIVA em 175,3464 hectares** no imóvel rural denominado “Fazenda Salto e Cachoeira”, localizado no município de Campos Altos, matrículas nº 730, 2.764, 2.767, 2.768, 2.769, 2.777, 2.778, 2.788, 6.473 e 9.067, possuindo área total de 1.931,3090 hectares, fatos esses que, de acordo com o gestor do processo, foram devidamente verificados na vistoria realizada no local.

2 - Segundo o Parecer Técnico, a propriedade possui **411,1631 hectares de reserva legal**, declarada no CAR e aprovada pelo técnico vistoriante, que encontra-se preservada e com quantidade de acordo com o percentual mínimo legal de 20%.

3 - A justificativa da intervenção é a implementação da atividade de pecuária, de acordo com o Parecer Técnico. Importante destacar a regularidade ambiental do empreendimento, nos moldes da DN nº 217/2017, sendo, portanto, considerada **não passível** de licenciamento ou licenciamento ambiental simplificado pelo órgão ambiental competente, conforme informado no requerimento, ressaltando-se que as informações são de inteira responsabilidade do empreendedor e/ou de seu representante legal.

4 - Ademais, restou assentado no Parecer Técnico que a propriedade não está inserida em área de prioridade de conservação considerada extrema/especial, de acordo com o sistema Biodiversitas.

É o breve relatório.

#### II. Análise Jurídica:

5 - De acordo com as informações prestadas no Parecer Técnico, o requerimento de intervenção ora sob análise **é passível de DEFERIMENTO**, conforme restará demonstrado adiante.

6 - No que tange ao pedido de supressão de vegetação nativa, prevê o **art. 3º, inciso I do Decreto Estadual nº 47.749/2019** que:

Art. 3º - São consideradas intervenções ambientais passíveis de autorização:

I – supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo;

7 - Desta feita, tem-se que o presente pedido de autorização para intervenção ambiental encontra respaldo no **art. 3º, inciso I do Decreto Estadual nº 47.749/2019**, tendo sido cumpridas todas as exigências legais e administrativas necessárias à sua análise, merecendo destaque que a área objeto de intervenção não se refere a espaços especialmente protegidos (APP, reserva legal e outras).

**III. Conclusão:**

8 - Ante o exposto, considerando que o processo está devidamente instruído e com respaldo no Parecer Técnico acostado aos autos, bem como ante o disposto no **art. 26 da Lei Federal nº 12.651/12 e art. 3º, inciso I do Decreto Estadual nº 47.749/2019**, o Núcleo de Controle Processual do IEF/Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Alto Paranaíba, do ponto de vista jurídico, **opina FAVORAVELMENTE à SUPRESSÃO DA COBERTURA VEGETAL NATIVA em 175,3464 ha**, nos moldes requeridos e aprovados tecnicamente, devendo o proprietário, contudo, conforme já citado acima, promover o integral cumprimento das medidas mitigadoras e compensatórias estabelecidas pelo técnico vistoriante, sob pena das sanções legais, e desde que atendidas as medidas mitigadoras e compensatórias descritas no parecer técnico e que a propriedade não possua área subutilizada ou abandonada (art. 68 da Lei Estadual nº 20.922/2013).

9 - Importante destacar que, de acordo com o art. 38, § Único, inciso I do Decreto nº 47.892/2020, o presente processo deverá ser submetido à deliberação e decisão do Supervisor Regional do IEF/URAP.

10 - Sugere-se o prazo de validade do DAIA de 3 (três) anos, conforme art. 7º do Decreto Estadual nº 47.749/2019.

Fica registrado que o presente controle processual restringiu-se à análise jurídica do requerimento de supressão de cobertura vegetal nativa para uso alternativo do solo, através das informações prestadas no Parecer Técnico. Assim, o Núcleo de Controle Processual do IEF/Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Alto Paranaíba não possui responsabilidade sobre a análise técnica realizada.

**Observações:**

As motosserras, bem como os demais equipamentos usados (tratores de esteira e similares) para a atividade de exploração deverão estar devidamente regularizadas junto ao IEF. Prazo: Durante a vigência do DAIA.

O transporte do material lenhoso (raízes, lenha, etc) oriundo da exploração somente poderá ser transportado para outro local fora da propriedade acobertado pelo documento ambiental a ser emitido pelo IEF do município no qual se encontra o empreendimento. Prazo: Durante a vigência do DAIA.

Patos de Minas, 6 de fevereiro de 2023.

**7. CONCLUSÃO**

“Após análise técnica e controle processual das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opinamos pelo **DEFERIMENTO INTEGRAL** do requerimento de Supressão de vegetação nativa em área de **175,3464 ha**, localizada na propriedade Fazenda Salto, sendo o material lenhoso proveniente desta intervenção inventariado em **392,6106 m³** de lenha e **136,2764 m³ de madeira** destinado ao consumo próprio no interior da propriedade e incorporação ao solo.”

**8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS**

Preservar as espécies imunes de corte, sendo pequizeiros e ipês existentes na área solicitada para intervenção.

**8.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes:** Não se aplica**9. REPOSIÇÃO FLORESTAL**

[Em caso de deferimento, informar o valor de recolhimento ou outra opção de cumprimento da Reposição Florestal quando aplicável.]

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

(X) Recolhimento à conta de arrecadação de reposição florestal

( ) Formação de florestas, próprias ou fomentadas

( ) Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

**10. CONDICIONANTES****Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental**

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Preservar as espécies imunes de Corte, sendo Pequizeiros e Ipês existentes na área solicitada para intervenção.	Não se aplica

2		
3		
4		
...		

*\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.*

**INSTÂNCIA DECISÓRIA**

( ) COPAM / URC    ( X ) SUPERVISÃO REGIONAL

**RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO**

Nome: **Giovani Marcos Leonel**  
MASP: **1105360-8**

**RESPONSÁVEL PELO CONTROLE PROCESSUAL**

Nome: **Andrei Rodrigues Pereira Machado**  
MASP: **1368646-4**



Documento assinado eletronicamente por **Andrei Rodrigues Pereira Machado, Coordenador**, em 06/02/2023, às 15:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Giovani Marcos Leonel, Servidor**, em 07/02/2023, às 09:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **58000154** e o código CRC **A917DBFF**.